

**AUTOR: DEPUTADO GEORGE MORAIS**

Excelentíssimo Presidente,

Nos termos do art. 53, §2.º da Constituição do Estado da Paraíba combinado com o art. 115 do Regimento Interno desta Casa, **requer o envio de ofício à Companhia de Água e Esgotos da Paraíba (CAGEPA)**, solicitando informações detalhadas acerca das condições estruturais, manutenção e investimentos realizados nos reservatórios de água sob sua responsabilidade em todo o Estado.

**REQUER-SE AS SEGUINTE INFORMAÇÕES:**

1. **Quais os valores investidos pela CAGEPA nos últimos cinco anos** (2020–2025) em **manutenção, reforma, ampliação e inspeção** dos reservatórios de água, discriminando por unidade e município;
2. **Cronograma atualizado das manutenções preventivas e corretivas** programadas para cada reservatório em funcionamento na Paraíba;
3. **Cópias das Anotações de Responsabilidade Técnica (ARTs)** emitidas pelos profissionais responsáveis pelas inspeções, manutenções e obras realizadas nos reservatórios nos últimos cinco anos;
4. **Relatório técnico sobre a situação estrutural** dos reservatórios atualmente em operação, indicando o estado de conservação, capacidade de armazenamento e eventuais riscos identificados;
5. **Plano de contingência e protocolos de segurança** adotados pela Companhia para prevenção de acidentes e rompimentos de reservatórios.

**JUSTIFICATIVA**

O pedido se fundamenta em recente e lamentável incidente ocorrido no município de Campina Grande, no bairro da Prata, onde o rompimento de uma caixa d'água da CAGEPA provocou graves prejuízos materiais, risco à vida humana e grande comoção social. O fato evidencia a necessidade urgente de transparência e fiscalização quanto às condições estruturais e de manutenção dos reservatórios que abastecem a população paraibana.

Cumpre à Assembleia Legislativa, no exercício do poder fiscalizatório, assegurar que os órgãos e empresas públicas mantenham padrões rigorosos de segurança, eficiência e responsabilidade técnica, especialmente em serviços essenciais como o fornecimento de água potável.

As informações ora solicitadas são fundamentais para que esta Casa Legislativa possa avaliar a efetividade das políticas de manutenção preventiva, identificar eventuais



---

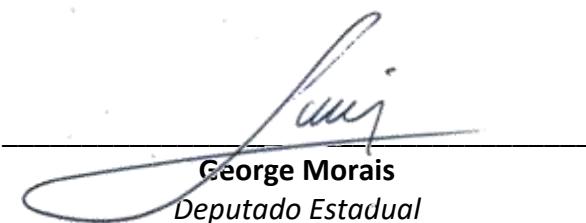
**GABINETE DO DEPUTADO GEORGE MORAIS**

---

falhas administrativas e, se necessário, propor medidas legislativas ou de controle que evitem novos desastres.

Dado o direito constitucional ao acesso à água potável e ao meio ambiente equilibrado, e considerando o dever do Estado de zelar pela segurança e saúde da população, torna-se imperativo que esta Casa Legislativa exerça sua função de controle e solicite ação imediata da empresa paraibana de abastecimento de água.

Sala das Sessões, Plenário Deputado José Mariz, em 08 de novembro 2025.



George Moraes  
Deputado Estadual